

Informe JB

Saúde

Saúde

Segundo a Comissão Interministerial de Planejamento, formada por técnicos dos Ministérios da Saúde e Previdência Social que estudam o anteprojeto do Prev-Saúde, gasta-se em política sanitária, no Brasil, cerca de Cr\$ 400 bilhões anuais, somados os recursos da União, Estados, Municípios, entidades beneficentes e iniciativa privada.

É muito, para um país carente de recursos para o desenvolvimento, e ao mesmo tempo é pouco levando em conta os 40 milhões de brasileiros que subabitam as periferias dos grandes centros urbanos e 1 mil 500 dos quatro mil municípios do país onde não existem médicos, hospitais e medicamentos.



É para esta parcela da população, um terço do total, que se imaginou o Prev-Saúde, ou Programa Nacional de Ações Básicas de Saúde, que deverá ser apreciado pelo Conselho do Desenvolvimento Social a partir da segunda quinzena de setembro. A idéia dos Ministros Waldyr Arcoverde e Jair Soares é tão-somente obedecer a Constituição, que ordena ao Estado prestar assistência à saúde de seus cidadãos, tarefa que o Ministério da Saúde, em seus 27 anos de existência, vem fazendo de forma desordenada. Assim, as críticas formuladas pelo presidente do INAMPS, Sr Harry Graeff, de que o Prev-Saúde é estatizante, carecem de fundamento: o programa ocupará um espaço não preenchido, no momento, nem pelo Governo, e muito menos pela iniciativa privada.



E aqui vale recordar que durante a XXXIII Assembléia Mundial da Saúde, realizada em Genebra em maio deste ano, a Sra Patricia Harris, Secretária de Estado da Educação, Saúde e Previdência Social dos Estados Unidos, anunciou que o Governo americano, preocupado com os gastos desordenados do setor, e bolsões de miséria existentes no país, executaria, já em 1981, um programa nacional de ações básicas de saúde, "única forma de levar as ações de saúde a toda a população americana."